

Consórcio
Energético
Cruzeiro do Sul

**Informações financeiras
intermediárias em
31 de março de 2017**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	6
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	7



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Ao
Conselho de Administração e Quotistas do
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e a respectiva demonstração dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias com base nas práticas contábeis estabelecidas no manual contábil Normas e Procedimentos Contábeis (NPC) do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul ("manual"). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade. Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis estabelecidas no manual contábil Normas e Procedimentos Contábeis (NPC) acima mencionado.

Curitiba, 09 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.03.2017	31.12.2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	92.002	89.785
Créditos com consorciadas	5	37.390	39.499
Créditos entre consorciadas	6	17.048	17.048
Créditos das consorciadas	7	52.234	52.200
Outros créditos		1.863	5.692
Total do ativo circulante		200.537	204.224
Não circulante			
Créditos das consorciadas	7	551.754	566.104
Imobilizado	8	1.482.150	1.497.010
Intangível	9	21.568	21.781
Total do ativo não circulante		2.055.472	2.084.895
Total do ativo		2.256.009	2.289.119
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	37.390	39.499
Débitos com consorciadas	11	93.865	95.477
Débitos entre consorciadas	12	17.048	17.048
Financiamentos	13	49.922	49.911
Concessões a pagar	14	2.312	2.289
Total do passivo circulante		200.537	204.224
Não circulante			
Financiamentos	13	474.277	484.635
Concessões a pagar	14	28.791	28.634
Provisão para contingência	15	48.686	52.835
Quotas de consorciadas	16	1.503.718	1.518.791
Total do passivo não circulante		2.055.472	2.084.895
Total do passivo		2.256.009	2.289.119

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2017	31.03.2016
Variações nos ativos e passivos		
Redução ao ativo intangível	213	213
Redução ao ativo imobilizado	14.860	14.860
Redução de créditos com/das consorciadas	16.425	9.215
(Aumento) de créditos entre consorciadas	-	(11.347)
Redução (aumento) de outros créditos	3.829	(467)
(Redução) aumento de débitos com consorciadas	(1.612)	2.990
Aumento de débitos entre consorciadas	-	11.347
(Redução) de fornecedores do consórcio - dívidas das consorciadas	(2.109)	(2.579)
(Redução) de financiamentos	(10.190)	(9.865)
(Redução) de encargos financeiros	(157)	(34)
(Redução) de quotas de consorciadas	(15.073)	(15.073)
(Redução) aumento de provisões para contingências	(4.149)	2.484
Aumento de concessão a pagar	180	779
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	2.217	2.523
	<hr/>	<hr/>
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	2.217	2.523
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	89.785	80.460
	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	92.002	82.983
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (“Consórcio”) é um empreendimento constituído por meio de contrato celebrado em 28 de novembro de 2006 pelas Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel Geração e Transmissão”) (51%) (empresa líder) e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”) (49%). Em 10 de outubro de 2006, por meio do Leilão de Energia Nova Aneel nº 004/06, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Mauá, com potência instalada de 363 MW, com prazo de 35 anos a partir de 03 de julho de 2007, data da assinatura do contrato. O empreendimento é constituído por uma casa de força principal de 352 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 363 MW de potência instalada, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região Centro - Leste do Estado do Paraná.

Conforme o Despacho nº 2923/2016 - Aneel, relativo ao processo nº 48500.001499/2007-62, a Usina Hidrelétrica Mauá (UHE Mauá), cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.PR.029598-1.01, passou a se chamar Usina Hidrelétrica Governador Jayme Canet Júnior (UHE GJC). A solenidade oficial de mudança de nome aconteceu em 09 de fevereiro de 2017 em Telêmaco Borba-PR, local da casa de força da usina.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas no manual contábil da Entidade denominado “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” as quais não exigem a divulgação da demonstração das mutações do patrimônio líquido e da demonstração de resultado, tendo em vista que para a natureza da Entidade (“Consórcio”) não existem receitas e despesas próprias a serem apresentadas (Vide Nota 3.f).

3 Sumário das principais práticas contábeis - NPC

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização. Os passivos, circulante e não circulante, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada. Os bens do imobilizado são contabilizados pelo valor total de aquisição, devendo corresponder às respectivas participações das Consorciadas Copel (51%) e Eletrosul (49%), conforme determina a Portaria Aneel nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução Aneel nº 015, de 24 de dezembro de 1997. No passivo não circulante, na rubrica Quotas de consorciadas, consta a contrapartida do mesmo valor, de acordo com os percentuais de participação de cada Consorciada.

Os encargos financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, conforme nota explicativa 8.f..

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados conforme o método definido pelas Consorciadas. O reflexo da depreciação calculada pelas Consorciadas é reconhecido nas quotas das respectivas consorciadas, conforme nota explicativa 8.g..

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado, como mudança de estimativas contábeis.

d. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

e. Concessões a pagar - uso do bem público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é efetuado na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato e correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). O registro inicial origina um passivo (obrigação da Entidade) e um ativo intangível (direito de concessão), o qual está refletido na rubrica Quotas de consorciadas. Posteriormente, o passivo é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados e o intangível amortizado pelo prazo de concessão.

f. Receitas e despesas

A receita de venda de energia elétrica, assim como os custos operacionais da Entidade, são registrados contabilmente diretamente nos livros contábeis das Consorciadas, exceto pela depreciação que é registrada como redutora das Quotas de Consorciadas, conforme nota explicativa 8.g. e dos rendimentos das aplicações financeiras que são registrados como créditos em débitos com as consorciadas, conforme nota explicativa 4. Em função destas práticas, a Entidade não apura demonstração de resultados.

g. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração de fluxo de caixa da Entidade demonstra exclusivamente as variações das contas patrimoniais do Ativo e Passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2017	31.12.2016
Caixa e bancos conta movimento	11	126
Aplicações financeiras	91.991	89.659
	92.002	89.785

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Substancialmente, as aplicações financeiras foram efetuadas em CDBs, cuja remuneração é atrelada à variação do CDI, realizadas em instituições financeiras consideradas de 1ª linha. Conforme estabelecido no manual contábil “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” os rendimentos das aplicações financeiras são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas na rubrica Débitos com consorciadas.

5 Créditos com Consorciadas

	31.03.2017	31.12.2016
Copel Geração e Transmissão S.A.	18.871	19.947
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	18.519	19.552
	37.390	39.499

Referem-se às aquisições por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas. No passivo circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Fornecedores” até que tais débitos sejam liquidados.

6 Créditos entre Consorciadas

	31.03.2017	31.12.2016
Copel Geração e Transmissão S.A.	3.056	3.056
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	13.992	13.992
	17.048	17.048

São créditos mantidos com as Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A., referentes às aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos repasses dos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como são gastos registrados que foram efetuados pelas Consorciadas no empreendimento UHE GJC (Mauá) e que farão parte do encontro de contas. No passivo circulante constam os mesmos valores contabilizados em “Débitos entre Consorciadas” até que tais débitos sejam liquidados.

7 Créditos das Consorciadas

	Circulante		Não circulante	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Financiamentos BNDES - Copel	24.015	24.072	228.441	233.426
Financiamentos BNDES - Eletrosul	25.907	25.839	245.836	251.209
Provisão para contingências - Copel	-	-	24.830	26.946
Provisão para contingências - Eletrosul	-	-	23.856	25.889
Concessões a pagar - Copel	1.162	1.150	15.164	15.085
Concessões a pagar - Eletrosul	1.150	1.139	13.627	13.549
	52.234	52.200	551.754	566.104

A rubrica agrupa os valores dos encargos financeiros e principal a serem pagos dos Contratos de Repasses de Recursos do BNDES, as provisões para contingências e os valores da outorga onerosa da concessão, pelo uso do bem público. No passivo circulante e não circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Financiamentos”, “Provisão para Contingências” e “Concessões a Pagar”.

8 Imobilizado

	31.03.2017		31.12.2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	151.920	(21.473)	130.447	131.735
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	(118.118)	707.054	714.038
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	(32.936)	196.733	198.687
Máquinas e equipamentos	524.235	(77.100)	447.135	451.753
Moveis e utensílios	1.058	(277)	781	797
	1.732.054	(249.904)	1.482.150	1.497.010

Os valores contabilizados nas rubricas do Imobilizado estão assim representados:

- a. **Terrenos:** Custos de indenização aos proprietários das áreas desapropriadas.
- b. **Reservatórios, barragens e adutoras:** Custos de construção do reservatório, barragem, adutoras e vertedouros.
- c. **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Custo das edificações permanentes destinadas ao abrigo, suporte e proteção de propriedades ou pessoas, inclusive casa de força.

- d. Máquinas e equipamentos:** Custos de aquisição relativos a máquinas e equipamentos eletromecânicos do sistema de geração e transmissão da usina.
- e. Reintegração acumulada:** Conta redutora do ativo imobilizado que agrupa os valores das depreciações registradas nas Consorciadas.
- f. Encargos financeiros BNDES:** Custos dos encargos financeiros dos financiamentos das máquinas e equipamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC (Mauá), inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, os quais compreendem os repasses indiretos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por intermédio do agente financeiro, Banco do Brasil, e os repasses diretos mediante a abertura de crédito com o BNDES. Tais valores contabilizados no imobilizado em andamento a título de Encargos Financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC (Mauá) estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).
- g. Depreciação:** As Consorciadas (Copel e Eletrosul) consideram que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão do empreendimento UHE GJC (Mauá), do valor residual dos bens que integram o projeto original. Esta interpretação está fundamentada na lei nº 8.987/95 e no Decreto nº 2.003/96. Dessa forma a partir da entrada em operação desses ativos a depreciação é realizada com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão. Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados serão indenizados ao final do prazo das concessões, logo estes ativos serão depreciados com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

As depreciações contabilizadas nas Consorciadas são registradas na Entidade na rubrica “Reintegração acumulada”, conta redutora do Ativo Imobilizado, e em contrapartida na rubrica “Quotas de Consorciadas”.

h. Movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.03.2017
Imobilizado em serviço:					
Terrenos	151.920	-	-	-	151.920
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	-	-	-	825.172
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	-	-	-	229.669
Maquinas e equipamentos	524.235	-	-	-	524.235
Móveis e utensílios	1.058	-	-	-	1.058
(-) Depreciação acumulada	<u>(235.044)</u>	<u>(14.860)</u>	-	-	<u>(249.904)</u>
	<u>1.497.010</u>	<u>(14.860)</u>	-	-	<u>1.482.150</u>

As adições no imobilizado em serviço referem-se aos valores das depreciações registradas nas Consorciadas.

9 Intangível

	31.03.2017		31.12.2016	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Copel Geração e Transmissão S.A.	12.905	(1.885)	11.020	11.129
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	12.352	(1.804)	10.548	10.652
	25.257	(3.689)	21.568	21.781

Valores da outorga onerosa da concessão, relativos ao uso de bem público, demonstrados ao custo amortizado. Os valores foram ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

10 Fornecedores

	31.03.2017	31.12.2016
Copel Geração e Transmissão S.A.	18.871	19.947
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	18.519	19.552
	37.390	39.499

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas das aquisições realizadas por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas.

11 Débitos com Consorciadas

	31.03.2017	31.12.2016
Copel Geração e Transmissão S.A.	48.019	48.735
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	45.846	46.742
	93.865	95.477

Os valores contabilizados nesta rubrica se referem ao montante relativo ao aporte de caixa efetuado pelas Consorciadas para composição do fundo fixo do Consórcio, reembolsado mediante apresentação dos comprovantes de pagamentos, e os rendimentos das aplicações financeiras que são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas.

12 Débitos entre Consorciadas

	31.03.2017	31.12.2016
Adiantamentos Copel Geração e Transmissão S.A.	13.992	13.992
Adiantamentos Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	3.056	3.056
	17.048	17.048

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas decorrentes das aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como registram gastos efetuados pelas Consorciadas no empreendimento UHE GJC (Mauá) que farão parte do encontro de contas. No ativo circulante constam os mesmos valores contabilizados em “Créditos entre Consorciadas” até que tais créditos sejam liquidados.

13 Condições de financiamento do empreendimento

O custo total do empreendimento UHE GJC (Mauá), constante no Contrato de Repasses de Recursos do BNDES celebrado com o Banco do Brasil, compreende o montante de R\$ 1.069.876 e está distribuído da seguinte forma entre as Consorciadas:

	Eletrosul	Copel	Total
FINANCIAMENTO BNDES			
Recursos diretos - BNDES	182.508	169.586	352.094
Recursos indiretos - Banco do Brasil S.A.	<u>182.508</u>	<u>169.618</u>	<u>352.126</u>
Total financiamento recursos BNDES	<u>365.016</u>	<u>339.204</u>	<u>704.220</u>
Recursos próprios	<u>159.216</u>	<u>206.440</u>	<u>365.656</u>
Total	<u><u>524.232</u></u>	<u><u>545.644</u></u>	<u><u>1.069.876</u></u>

O pagamento de principal do contrato de financiamento iniciou em março de 2013, exigível mensalmente. Os encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos pelas Consorciadas de recursos diretos e indiretos com o BNDES são contabilizados no Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, sendo compostos pelos montantes de juros incidentes sobre o saldo devedor, vinculados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Em 31 de março de 2017 os saldos remanescentes a pagar referentes aos encargos financeiros e da amortização do principal compreendem os seguintes montantes:

31.03.2017				
	<u>Circulante</u>			<u>Não Circulante</u>
	Encargos	Principal	Total	Total
Financiamentos BNDES - Copel	783	23.231	24.014	228.441
Financiamentos BNDES - Eletrosul	<u>925</u>	<u>24.983</u>	<u>25.908</u>	<u>245.836</u>
	<u>1.708</u>	<u>48.214</u>	<u>49.922</u>	<u>474.277</u>
31.12.2016				
	<u>Circulante</u>			<u>Não Circulante</u>
	Encargos	Principal	Total	Total
Financiamentos BNDES - Copel	922	23.150	24.072	233.426
Financiamentos BNDES - Eletrosul	<u>943</u>	<u>24.896</u>	<u>25.839</u>	<u>251.209</u>
	<u>1.865</u>	<u>48.046</u>	<u>49.911</u>	<u>484.635</u>

14 Concessão a pagar / Intangível de Concessão

	Circulante		Não circulante	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.162	1.150	15.164	15.085
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	1.150	1.139	13.627	13.549
	2.312	2.289	28.791	28.634

O Consórcio tem contrato de concessão oneroso com a União para o uso do bem público para a geração de energia elétrica na usina UHE GJC (Mauá). As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Entidade ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

As Consorciadas recolhem à UNIÃO desde a data de entrada em operação comercial da UHE, ocorrida em novembro de 2012, até o 35º ano de concessão inclusive, contados da data de assinatura do contrato de concessão ou enquanto estiver na exploração da UHE, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 1.262.

15 Provisão para contingências

	31.03.2017	31.12.2016
Copel Geração e Transmissão S.A.	24.830	26.946
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	23.856	25.889
	48.686	52.835

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul é parte em ações judiciais envolvendo questões ambientais, relacionadas principalmente à desapropriação de áreas mediante a interposição de medidas judiciais. Os encargos de provisão são reconhecidos nas rubricas "Créditos das consorciadas" e "Provisões para contingências". Na opinião da Administração, com base na posição dos conselheiros, após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de março de 2017.

Ações de risco possível

O Consórcio possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível no montante de R\$ 467.734. A principal discussão refere-se à ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, no montante de R\$ 288.312 de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., a qual foi cadastrada em 30 de junho de 2011. A requerente alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e afirma que com a concessão de Lavra obtida tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da usina.

16 Quotas de Consorciadas

	31.03.2017	31.12.2016
Copel Geração e Transmissão S.A	745.947	753.421
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>757.771</u>	<u>765.370</u>
	<u>1.503.718</u>	<u>1.518.791</u>

Agrupam o ativo imobilizado em serviço e intangível na proporcionalidade da participação das Consorciadas no Consórcio Energético Cruzzeiros do Sul, não se aplicando a respectiva proporcionalidade aos:

- Valores contabilizados a título de Encargos Financeiros dos Financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC (Mauá), que estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).
- Valores contabilizados a título de Máquinas e Equipamentos em função das Consorciadas estarem utilizando critérios diferentes no crédito do PIS/COFINS sobre as aquisições.

17 Cobertura de seguros

Modalidade / Riscos cobertos	Vigência	Franquia máxima - RS	Montante da cobertura - RS
Riscos operacionais			
Danos Materiais	23.11.2012 a 23.11.2017	5.000	342.139
Despesas de Salvamento e contenção de sinistros	23.11.2012 a 23.11.2017	1.000	17.107
Alagamento /Inundação	23.11.2012 a 23.11.2017	1.000	17.107
Desentulho/Remoção de escombros	23.11.2012 a 23.11.2017	-	5.000
Pequenas obras de engenharia para reparos, reformas e ampliação	23.11.2012 a 23.11.2017	1.000	17.107
Roubo e/ou furto qualificado de bens	23.11.2012 a 23.11.2017	-	5.000
Tumultos, greves, lock-out, comoção civil e atos dolosos	23.11.2012 a 23.11.2017	1.000	17.107
Honorários de peritos	23.11.2012 a 23.11.2017	-	1.000
Despesas extraordinárias	23.11.2012 a 23.11.2017	1.000	11.750

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros de bens do ativo imobilizado e decorrentes das obras de construção da UHE GJC (Mauá).


 Luiz Fernando Prates de Oliveira
 Superintendente Geral
 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul


 Rodrigo Cândido Rodrigues
 CRC PR-056403/O-5


 Ricardo Doetzer
 Superintendente Administrativo-Financeiro
 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul-CECS